



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 09/03/2026. Publicação: 10/03/2026. Nº 050/2026.

ISSN 2764-8060

## PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Danilo José de Castro Ferreira – PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
Orfileno Bezerra Neto – SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS  
Regina Maria da Costa Leite – SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro- CORREGEDORA-GERAL DO MP  
Maria Luíza Ribeiro Martins - SUBCORREGEDORA-GERAL DO MP  
Selene Coelho de Lacerda – OUVIDORA DO MP  
José Ribamar Sanches Prazeres – DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MP  
Paulo Gonçalves Arrais – DIRETOR-GERAL DA PGJ  
Ednarg Fernandes Marques - DIRETOR DA SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS  
Fábio Henrique Meirelles Mendes – DIRETOR DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
Rivemberg Ribeiro da Silva - DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA  
Lucia Cristiana Silva Chagas – ASSESSORA-CHEFE DA PGJ  
Theresa Maria Muniz Ribeiro De La Iglesia – CHEFA DE GABINETE DA PGJ

## COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

José Antonio Oliveira Bents	Sâmara Ascar Sauaia
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	Themis Maria Pacheco de Carvalho
Iraci Martins Figueiredo Aguiar	Maria Luíza Ribeiro Martins
Ana Lúcia de Mello e Silva Moraes	Mariléa Campos dos Santos Costa
Lígia Maria da Silva Cavalcanti	Joaquim Henrique de Carvalho Lobato
Krishnamurti Lopes Mendes França	Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
Raimundo Nonato de Carvalho Filho	Carlos Jorge Avelar Silva
Selene Coelho de Lacerda	Lize de Maria Brandão de Sá Costa
José Henrique Marques Moreira	Danilo José de Castro Ferreira
Domingas de Jesus Fróz Gomes	Orfileno Bezerra Neto
Francisco das Chagas Barros de Sousa	José Ribamar Sanches Prazeres
Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro	Paulo Silvestre Avelar Silva
Regina Maria da Costa Leite	Valdenir Cavalcante Lima
Paulo Roberto Saldanha Ribeiro	Márcia Lima Buhatem
Rita de Cassia Maia Baptista	Abel José Rodrigues Neto
Marco Antonio Anchieta Guerreiro	Haroldo Paiva de Brito
Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro	

## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO (Biênio 2025/2027)

Danilo José de Castro Ferreira – PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro - CORREGEDORA-GERAL DO MP  
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau – CONSELHEIRO  
Francisco das Chagas Barros de Sousa – CONSELHEIRO  
Regina Maria da Costa Leite – CONSELHEIRA  
Rita de Cassia Maia Baptista – CONSELHEIRA  
Paulo Silvestre Avelar Silva - CONSELHEIRO

### Suplentes

Joaquim Henrique de Carvalho Lobato  
Haroldo Paiva de Brito  
Mariléa Campos dos Santos Costa  
Domingas de Jesus Fróz Gomes



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 09/03/2026. Publicação: 10/03/2026. Nº 050/2026.

ISSN 2764-8060

Documento assinado eletronicamente por CLÁUDIO REBÊLO CORREIA ALENCAR, Promotor de Justiça, em 09/03/2026, às 09:34, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

## DISTRITAL

### **Edital nº 1/2026 - 55ªPJESPSLS-4PD\*** EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, pela Promotora de Justiça Titular da 55ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís (4ª Promotoria de Justiça Distrital da Cidadania – Polo Itaqui-Bacanga), Dra. ANA CAROLINA CORDEIRO DE MENDONÇA, nos termos das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, pelo presente edital: CONSIDERANDO a Resolução CNMP nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, com as alterações promovidas pela Resolução CNMP nº 207, de 05 de março de 2020, que dispõem sobre audiências públicas no âmbito do Ministério Público, c/c a Resolução nº 02/2004-CPMP/MPMA;

CONSIDERANDO que o art. 17, I, da Recomendação de Caráter Geral nº 02/2018-CNMP/CN estabelece que deverá ser observada, na fiscalização das Promotorias de Justiça, a promoção de medidas de aproximação comunitária, com a realização de audiências públicas e participação efetiva da população;

CONSIDERANDO que o art. 5º, caput, do Ato Regulamentar nº 11/2022, que dispõe sobre o Regimento Interno das Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís, estabelece que a atividade extrajudicial cível, no plano de atuação da Promotoria Distrital, iniciar-se-á ordinariamente por escuta social, na forma de audiência pública, para a coleta de notícias de fato relativas à área de atuação da unidade, tanto acerca de interesses coletivos lato sensu quanto de interesses individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar escuta social por meio de Audiência Pública no âmbito do Polo Itaqui-Bacanga;

CONSIDERANDO, ainda, que as instituições públicas devem prestar contas de suas atividades à sociedade;

CONVOCA Audiência Pública a realizar-se no dia 24 de março de 2026, às 09h, no auditório do Colégio Universitário – COLUN (Campus Universitário – UFMA), nesta cidade, com o objetivo de apresentar à sociedade civil o papel institucional da Promotoria, bem como receber as demandas da população da região do Itaqui-Bacanga.

A disciplina e a agenda da audiência pública seguirão as seguintes etapas:

A abertura da audiência pública dar-se-á às 09h, pela Promotora de Justiça, que fará exposição sucinta acerca das atribuições da 55ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís (4ª Promotoria de Justiça Distrital da Cidadania – Polo Itaqui-Bacanga), especialmente quanto à defesa de interesses coletivos lato sensu e individuais indisponíveis.

Em seguida, será franqueada a palavra aos representantes do Poder Público, associações civis e movimentos sociais convidados, observado o limite de até 10 (dez) minutos para cada intervenção.

Ato contínuo, será realizada a anotação sucinta das notícias de fato e demandas apresentadas que se insiram nas atribuições da Promotoria Distrital.

Na sequência, a palavra será assegurada aos cidadãos presentes que se inscreverem no início do evento, pelo prazo de até 3 (três) minutos para cada intervenção.

Ao final, será apresentada, no prazo de até 20 (vinte) minutos, avaliação geral das contribuições colhidas e os encaminhamentos pertinentes.

Os trabalhos deverão encerrar-se às 12h.

Divulgue-se o presente edital.

São Luís/MA, data da assinatura eletrônica.

Documento assinado eletronicamente por ANA CAROLINA CORDEIRO DE MENDONÇA, Promotora de Justiça, em 05/03/2026, às 09:57, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

\*Matéria republicada por incorreção contida no DEMP nº 048, de 06.03.2026

## Promotorias de Justiça das Comarcas do Interior

### BACABAL

### Portaria nº 14/2026 - 1ªPJESPAC

OBJETO: instauração de Procedimento Administrativo para o acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução das ações previstas no Plano de Atuação e Gestão da Promotoria de Justiça (PAJ) – Biênio 2026/2027.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por sua representante em exercício na 1ª Promotoria Especializada de Bacabal, no desempenho de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; no artigo 26,

17



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO  
55ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS - 4º PROMOTOR DISTRITAL

Ata nº 4/2026 - 55ªPJESPLS-4PD

**ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 2026 DA 55ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS (4º PROMOTOR DISTRITAL DA CIDADANIA – POLO ITAQUI/BACANGA)**

Aos vinte e quatro dias de março do ano em curso, iniciando às nove horas da manhã e finalizando às doze e meia da tarde, no Auditório do Colégio Universitário – UFMA, teve início a 1ª Audiência Pública da 55ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís (4º Promotor Distrital da Cidadania – Polo Itaqui/Bacanga), do ano de 2026, com o objetivo de dar continuidade no plano de atuação da Promotoria e coletar as demandas da comunidade do polo Itaqui-Bacanga.

O evento contou com a presença da Promotora Titular desta Promotoria de Justiça Distrital da Cidadania, de autoridades convidadas, de líderes comunitários integrantes da Rede Itaqui-Bacanga e de moradores da região, conforme lista de credenciamento. Registra-se, ainda, a presença da imprensa local, com a cobertura jornalística da audiência realizada pela equipe da TV Difusora.

A mesa dos trabalhos foi composta pela Promotora de Justiça Titular da 4ª Promotoria Distrital da Cidadania do Polo Itaqui-Bacanga, Dra. Ana Carolina Cordeiro de Mendonça; pela Procuradora de Justiça e Presidente da Comissão de Gestão Ambiental do MPMA, Dra. Mariléia Campos dos Santos Costa; pelo Subprefeito da Área Itaqui-Bacanga, representando o Prefeito de São Luís, Alex Paiva; pelo Juiz de Direito do 5º Juizado Especial Cível, Dr. Alexandre Lopes de Abreu; pelo Promotor de Justiça representando a Corregedoria Geral do MPMA, Dr. Gabriel Sodrê Gonçalves; pelo Promotor de Justiça Auxiliar da Ouvidoria do MPMA, Dr. Alenilton Santos da Silva Júnior; pelo Promotor de Justiça Distrital da Zona Rural, Dr. Albert Lages Mendes; pelo Promotor de Justiça Distrital do Polo Centro, Dr. Marco Aurélio Ramos Fonseca; e pelo Defensor Público do Maranhão, Dr. Carlos Eduardo Araújo Rebouças Chagas.

Iniciando os trabalhos, a Promotora de Justiça, Dra. Ana Carolina Cordeiro de Mendonça, saudou a mesa e agradeceu a presença das autoridades, da rede de voluntários, dos representantes dos órgãos públicos e da comunidade. Destacou que a atuação da Promotoria é essencialmente extrajudicial, voltada à defesa de direitos sociais e individuais indisponíveis, com foco na melhoria das políticas públicas e na efetividade dos serviços prestados à população. Ressaltou que o modelo de atuação da Promotoria é orientado pela resolutividade, buscando soluções rápidas e efetivas, preferencialmente por meio do diálogo institucional, da expedição de recomendações e da celebração de termos de ajustamento de conduta. Apontou, ainda, que o plano de atuação, iniciado em 2025, elegeu como prioridades três áreas: educação, saneamento e transporte público. Finalizou sua fala prestando uma homenagem ao mês das mulheres, enaltecendo a resistência, a força e a história de todas as mulheres presentes.

Na sequência, fizeram uso da palavra as demais autoridades da mesa. O Dr. Albert Lages desejou sucesso à nova titular e pediu urbanidade no diálogo. O Dr. Gabriel Sodrê destacou que o Ministério Público precisa sair dos gabinetes para conhecer a realidade local. O Dr. Alenilton Santos pontuou que as políticas públicas são transversais e devem ser construídas junto com a comunidade. O Dr. Eduardo Rebouças reforçou o somatório de forças e a porta aberta da Defensoria Pública. O Dr. Alexandre Abreu refletiu sobre o papel cidadão além do voto, elogiando o espaço de escuta. O Dr. Marco Aurélio lembrou a riqueza gerada pela região, reconhecida como uma das maiores arrecadadoras de ICMS do Maranhão, ressaltando, contudo, que nem sempre os recursos arrecadados se convertem em investimentos capazes de atender às necessidades da comunidade. O Subprefeito Alex Paiva colocou-se à disposição para encaminhar as demandas recebidas. Por fim, a Dra. Mariléia Campos elogiou o perfil aguerrido da Promotora de Justiça titular e declarou oficialmente abertos os trabalhos da Audiência Pública.

Em seguida, o cerimonial agradeceu as autoridades componentes da mesa de trabalho e as convidou a retornar aos seus assentos para dar prosseguindo com a coleta das demandas da comunidade. Manifestaram-se os participantes:

*Marineide Costa*, da comunidade Sá Viana, relatou o descaso da SEMOSP e da CAEMA com o bairro, especificamente nas ruas Bom Jesus, São Geraldo, Maria da Paz, 2ª Travessa São Sebastião e Travessa São Geraldo. Denunciou a falta de asfalto e de água, esgoto a céu aberto e fez descer pelas vias. Relatou o caso de um idoso que chora por morar “dentro da lama”. Criticou o fato de que obras só ocorrem em troca de apoio político ou em anos eleitorais. Contou que a comunidade precisou construir uma pequena praça com recursos próprios após recusa de apoio político.

*Leones*, da Vila São Luís, focou na saúde pública e no meio ambiente. Denunciou o acúmulo de lixo ao longo da Avenida dos Portugueses, inclusive em frente ao Parque Botânico da Vale. Criticou a coleta seletiva desorganizada, em que os próprios coletores e moradores amontoam lixo nas esquinas, e apontou a ineficácia e a falta de educação ambiental no uso do ecoponto. Mencionou também ter oficiado diversos órgãos (SEMOSP, SEGOV, IMPUR, DNIT, Vale e MPMA).

*Josué Silvestre*, do Instituto Sebastian (Vila Ariri), destacou três pontos. Quanto ao transporte do Itaqui-Bacanga, manifestou que a frota de ônibus e os abrigos são insuficientes. Apontou a falta de fiscalização da SMTT no corredor do Anjo da Guarda até a Vila Ariri, onde ocorrem filas duplas e triplas (ônibus e carrinhos). Quanto à água e ao esgoto, informou que moradores do final da Rua da Igreja (Vila Ariri) ainda coletam água da chuva para o consumo, gerando risco de doenças devido à contaminação do ar. Pediu também a substituição da rede de distribuição. Além disso, afirmou que o Itaqui-Bacanga não possui coleta e tratamento de esgoto. Quanto aos resíduos, criticou a ausência de coleta para animais mortos, entulhos de construção, restos de podas de árvores e lixo comercial, que acabam despejados na avenida principal.

*João Costa*, da Vila Embratel, cobrou a presença de conselheiros tutelares e transporte do CRAS para realizar visitas para atualização do CadÚnico, uma vez que a população corre o risco de perder benefícios, como o BPC LOAS, por falta de atualização do cadastro. Pediu a implantação formal do transporte alternativo, solicitou a intervenção da CAEMA no Bairro Alto da Esperança, na Rua Babaçu, Rua do Paraíso, Rua 7 de setembro e Travessa. Além disso, pediu também uma ponte para a região do Bacanga, a fim de diminuir o congestionamento.

*Carlos Alberto França*, da Vila Embratel, reivindicou o asfaltamento de um trecho de aproximadamente cem metros que liga a Rua da Cidade à Rua União, na Vila Embratel. Relatou que a rua tem 45 anos e a falta de pavimentação impede a passagem de caminhões de lixo e veículos maiores, causando transtornos, apesar de já terem feito mutirões com concreto pago pelos próprios moradores.

*Rosinete da Silva*, do Rio dos Cachorros, Zona Rural de São Luís, denunciou o alto índice de poluição industrial (fumaça preta de carvão mineral, cimento e ureia) que atinge Rio dos Cachorros e Porto Grande, causando câncer e mortes entre os moradores desde 2005. Relatou a falta de saneamento e a ausência de escolas, forçando crianças de 4 a 5 anos a usar transporte escolar para estudar longe de casa. Solicitou uma Audiência Pública específica na Zona Rural.

*Domingas Pestana*, do Alto da Esperança, pediu a implementação de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e relatou déficit na educação. Solicitou a construção de um muro de arrimo na Igreja Católica para evitar acidentes com crianças. Pediu a implantação de cursos técnicos e a criação de uma cooperativa de produção e renda (ex.: costura) para gerar empregos locais. Solicitou também o retorno de uma linha de ônibus direta do Alto da Esperança até o Deodoro.

*José Ferreira*, da Vila Embratel, agradeceu à Defesa Civil e à SEMOSP (citando Dr. Marcos Afonso e Dr. Augusto). Relatou que a comunidade construiu, por conta própria, um muro de arrimo na Travessa da Felicidade, tratando a ferragem exposta, mas pediu que a equipe de engenharia da SEMOSP vá ao local para vistoriar o trabalho e finalizar um trecho restante e pediu uma estruturação adequada da Defesa Civil (com equipamentos como drones).

*Lindalva Serra*, do Residencial Primavera, agradeceu obras anteriores de LED e drenagem na Rua São Pedro, mas relatou que atualmente todas as ruas do residencial estão esburacadas, impossibilitando até a ida à padaria. Entregou fotos das vias para a Dra. Ana Carolina averiguar.

*Shirley Barbosa*, do Rio dos Cachorros, Zona Rural de São Luís, reforçou o pedido urgente para a realização de uma Audiência Pública na Zona Rural II (Vila Maranhão), abrangendo mais de 20 comunidades que sofrem com problemas de transporte, meio ambiente e demandas protocoladas sem resposta.

*Maria Olinda*, do Argola e Tambor/Cidade Nova, destacou a desigualdade de morar ao lado de multinacionais ricas enquanto a comunidade não possui políticas públicas. Quanto ao saneamento, informou que 700 famílias não possuem água, relatou conflitos ocasionados pela água, incluindo famílias expulsas e homem que perdeu três dedos em uma briga. Informou que idosos são carregados em cadeiras de rodas devido à falta de pavimentação que abrange 40% do bairro. Quanto à educação, informou que uma única escola de ensino fundamental atende sete comunidades, escola que não possui acessibilidade para crianças com autismo. Além disso, informou a necessidade de uma escola de Ensino Médio. Quanto ao transporte, informou que a comunidade não possui linha de ônibus própria (usam a do Gapara) e pagam caro pelo transporte alternativo para não perderem compromissos. Quanto à saúde, denunciou filas de espera intermináveis no CEMARC e a falta de atendimento humanizado e equipamentos nas unidades mistas, onde pacientes são tratados com desprezo pelos profissionais.

*Angela Silva*, da Vila Maranhão, Zona Rural de São Luís, reforçou os graves problemas de contaminação ambiental que vão do retorno do Itaqui até Pedrinhas. Relatou derramamento de materiais das empresas que atingem os quintais, rios e mangues, causando alergias e contaminação do lençol freático (a água reage e fica preta ao contato com água sanitária ou vinagre). Exigiu uma audiência na Vila Maranhão com todos os órgãos competentes (IBAMA, SEMA, Defesa Civil, SMTT, SEMOSP, Saúde).

*Francisco de Assis*, do Residencial Luís Bacelar, denunciou a qualidade da água fornecida pela CAEMA, contrariando os laudos da empresa que afirmam que a água é potável. Citou excesso de ferro e cloro, baseando-se no Código de Defesa do Consumidor e no Marco do Saneamento, exigindo substituição de filtros e um serviço regular e seguro.

*Mauro Garcia*, da Vila Embratel, pediu imparcialidade no atendimento às lideranças, para que o poder público não atenda apenas solicitações atreladas a políticos. Pediu melhorias para a Escola da Vila Dom Luís e pediu drenagem profunda para a Travessa da Felicidade, 1ª e 2ª Travessas da Rua João Figueiredo, Rua 6 de Abril e Rua 15 de Novembro (Cidade Nova), além de asfalto na Travessa da Luz. Cobrou também o projeto de uma linha circular de ônibus ligando a Estiva ao eixo Itaqui-Bacanga, passando pelos bairros João Paulo e pela Rodoviária, negada até hoje sob a justificativa de inviabilidade técnica.

*Mauro Dias*, da Vila Embratel, como cadeirante, falou em nome das pessoas com deficiência. Apontou que as recentes greves de transporte afetaram duramente as PCDs. Denunciou a total falta de acessibilidade urbana, falta de calçadas, recusa de taxistas e a falta de respeito do transporte alternativo para com os cadeirantes. Pediu que o lucro das indústrias da região seja revertido para acessibilidade e coletividade.

*Marcelina*, Conselheira de Saúde e moradora da Vila Embratel, reforçou as queixas sobre o alto índice de câncer devido às indústrias, os lixões na Avenida dos Portugueses que bloqueiam calçadas e colocam pedestres em risco de atropelamento, e a falta de saneamento básico (esgoto a céu aberto). Alertou sobre um muro de arrimo que está desmoronando na Rua Embratel (área da feirinha) e que pode causar uma tragédia; cobrou a capina do matagal na área que atrai ratos e baratas.

*Edson Corrêa*, do Alto da Esperança, elogiou a infraestrutura física da saúde, apontando que a região do Itaqui-Bacanga possui nove unidades hospitalares (incluindo uma recém-inaugurada para autismo). No entanto, cobrou a falta de profissionais e médicos para atender a população nessas unidades. Pediu a intervenção do Dr. Augusto (SEMOSP) para a reforma de duas pracinhas que são o “cartão-postal” do bairro.

Após as manifestações, a Promotora de Justiça concedeu a palavra aos representantes do Poder Público presentes para esclarecimentos.

*Samanta*, representante do CRAS da Vila Bacanga, respondeu à queixa sobre as visitas para atualização do CadÚnico, confirmou que, em 2024, houve uma nova exigência de visitação para famílias unipessoais antes da liberação de benefícios. Explicou que o CRAS sofre com a falta de carros e profissionais para dar conta da alta demanda. Para mitigar, estão levando serviços do CRAS para ações dentro dos territórios, com a ajuda das lideranças locais, tentando suprir pelo menos 50% da necessidade.

*Augusto Prazeres*, da SEMOSP, afirmou ter conhecimento prévio de parte das demandas de infraestrutura citadas (como as de Leones, Neide e Maria Olinda) e colocou a Secretaria de Obras à disposição para tentar solucionar os problemas gradativamente.

*Francinete Martins*, Conselheira Tutelar da região do Itaqui-Bacanga, denunciou uma grave violação do direito à educação: relatou que o Conselho contabiliza cerca de 100 crianças da área do Itaqui-Bacanga fora da escola por falta de vagas e de escolas suficientes. Informou que o sistema da SEMED coloca os alunos em lista de espera e não avança, forçando o Conselho a judicializar os casos, muitas vezes sem sucesso. Pediu a instalação de um segundo Conselho Tutelar na região para conseguir atender aos 300 mil habitantes, visto que os cinco conselheiros atuais não dão conta da demanda presencial e dos plantões de madrugada.

*Jota Melo*, Coordenador da Secretaria Extraordinária Municipal de Governança Solidária e Orçamento Participativo – SEMGOP, informou que a secretaria realizou um mapeamento da cidade durante 1 ano e 4 meses. Colocou a equipe jurídica e a secretária à disposição para realizar rodas de conversa com as lideranças nos bairros para entender melhor as necessidades, ressaltando sua origem como comunitário e radialista.

*Márcia Barros*, Coordenadora de Serviço Social do Hospital Itaqui-Bacanga, respondeu às denúncias de falta de humanização na saúde. Afirmou que a Política Nacional de Humanização deve ser a base do SUS e que profissionais sem empatia “estão no lugar errado”. Garantiu que o hospital possui funcionamento 24h e uma “Sala Lilás” para vítimas de violência, e se comprometeu a levar as reclamações ouvidas à direção e aos gestores para cobrar providências e devolver resultados à comunidade.

*Alex Paiva*, Subprefeito da Área Itaqui-Bacanga, anotou os pedidos e esclareceu que assumiu o cargo há apenas um mês. Compartilhou um pouco de sua história de vida (órfão aos 15 anos, ex-trabalhador doméstico e líder comunitário da Vila Ariri) para reafirmar sua humildade e imparcialidade política. Citou que já esteve na Vila Isabel resolvendo alagamentos, acompanhando asfaltamento no Fumacê, resolvendo a questão da cisterna da escola no Alto da Esperança e construindo praças no Tamancão. Pediu que a comunidade o acione e disse estar pronto para trabalhar junto com o Ministério Público.

Após a fala do Sr. Alex Paiva, a senhora Marineide Costa interveio, questionando a SMTT, que não respondeu de imediato, sobre a retirada, pela empresa Estrela, do único ônibus integrado do bairro Sá Viana nos horários de pico (das 5h às 9h e das 16h às 20h), classificando como uma enorme falta de respeito aos trabalhadores e estudantes.

Após a intervenção, o cerimonial concedeu a palavra aos próximos representantes do Poder Público inscritos para esclarecimentos.

*Rafael*, Gerente da CAEMA, informou que algumas demandas apresentadas, como a da Rua da Igreja, na Vila Ariri, e a do Sá Viana, nunca haviam chegado aos canais oficiais da empresa, mas que enviará equipes aos locais citados. Sobre o Residencial Primavera e o Gapara, afirmou já haver ações em andamento. Sobre os pedidos estruturais de esgotamento sanitário, afirmou não ter resposta imediata, pois a questão exigirá que o setor de engenharia elabore projetos para captação de recursos antes de efetivar o serviço. Sobre o questionamento da validade da concessão da CAEMA até 2026 com a Prefeitura, feito pelo Defensor Público, Dr. Carlos Eduardo Rebouças, disse não ter a informação no momento, mas que irá se informar sobre o assunto.

Ao final, a Promotora de Justiça, Dra. Ana Carolina Cordeiro de Mendonça, agradeceu a todos os presentes, informando que a audiência foi integralmente gravada e que todos os relatos e documentos entregues serão autuados em procedimentos próprios para viabilizar as apurações e o diálogo interinstitucional. Declarou, então, o encerramento da audiência, seguido de sorteio de brindes em homenagem às mulheres presentes.

Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Dra. Ana Carolina Cordeiro de Mendonça, Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria Distrital da Cidadania – Polo Itaqui/Bacanga.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA CORDEIRO DE MENDONÇA, Promotora de Justiça**, em 06/04/2026, às 11:30, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0376427** e o código CRC **705F143A**.

**O MP trabalha para você!**

Rua Osvaldo Cruz, 1396 - Bairro Centro - CEP - São Luís - MA  
Contato: - e-mail: 4pjdistribital@mpma.mp.br